

PROTOCOLO: 01-137849/2013

PARECER Nº. 032/2020-DP-4

**CONTRATAÇÃO MEDIANTE
DISPENSA DE LICITAÇÃO -
CONTRATO DE
SUBLOCAÇÃO DE IMÓVEL -
COHAB - VIABILIDADE
JURÍDICA.**


Mediante o presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de dispensa de licitação para assinatura de Contrato de Sublocação junto a COHAB, referente ao aluguel do imóvel comercial denominado Edifício J. Malucelli, localizado na Rua Barão do Rio Branco, nº 45, bairro Centro, nesta Capital, onde fica a sede da Curitiba S/A.

Remetido o presente processo a este Departamento Jurídico, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no projeto básico (fl. 246/249).

Com fundamento no inciso X do artigo 24 da Lei de Licitações (Lei nº. 8.666/1993), o objeto da presente se enquadra nas hipóteses de dispensa de licitação.

Da mesma forma, a dispensa da licitação se aplica quando, embora viável a competição, a licitação é inadequada ao interesse público e evidencia, assim, a sua discricionariedade, caracterizando-se como uma liberdade concedida à administração para, com base em juízo de conveniência e oportunidade, optar entre realizar ou não a licitação. É o que ocorre no caso em tela, conforme atestou a Gerência Financeira em sua manifestação de fls. 265/267, tendo em vista tratar-se de imóvel destinado a atender as finalidades precípuas da administração e sua localização e suas instalações condicionam a sua escolha.

De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente às disposições internas contidas na Instrução Normativa nº. 02/2010, que estabeleceu os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, as quais foram integralmente observadas, visto a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela (fls.257), foram indicados o gestor e suplente (fls. 253), bem como a autorização da Diretoria Executiva (fls.252), estando o procedimento de inexigibilidade regularmente instruído.



A Gerência Financeira acostou aos autos (fls. 258/264) modelo de minuta de contrato na qual estão contempladas todas as cláusulas necessárias para a contratação, inclusive com a descrição e ratificação dos valores pagos e que serão compensados referente aos exercícios anteriores, além dos valores futuros mediante a validade do contrato pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Nestas condições, ressaltada a viabilidade jurídica da dispensa da licitação e, portanto, a possibilidade de ocorrer a pretendida contratação direta do serviço, remetemos o presente para Comissão de Licitação para dar continuidade ao processo iniciado.

Curitiba, 01 de Setembro de 2020.



Ricardo Costa Maguetas

OAB/PR nº 28.275

Assessoria Jurídica

A DAF 1.

Para deliberar em
Reuniões de Diretoria.



Davidson José Moulepes
Gerência Financeira, Adm. e de Pessoal
Matrícula 81.599
CURITIBA S.A.

Em: 01/09/2020.